

revista

TRT 10ª REGIÃO

Planejamento estratégico

Comitê realiza primeira reunião

RICARDO BERMUDEZ

REVISTA INFORMÁTICA DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO - Nº 23 - MAIO/2010 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Impresso Especial

9912231313/2009-DR/BSB
TRT 10ª REGIÃO
...CORREIOS...



9912231313/2009-DR/BSB
TRT 10ª REGIÃO

Espaço do Presidente



RAFAELA ALBUQUERQUE

Amigos servidores e magistrados, ensina São Francisco de Assis: “Comece por fazer o que é necessário, depois faça o que é possível e em breve estará fazendo o que é impossível”. Inegavelmente, um excelente conse-

lho! Convido-os a transportarem o ensinamento para a nossa instituição. A presente revista traz relatos afetos ao trabalho da Gestão Estratégica e dos gestores. Várias reuniões foram e estão sendo realizadas e tudo deve ser acompanhado pelo portal respectivo, acessível na nossa página (embaixo e à esquerda): fiquem por dentro, não deixem de acessá-lo! A participação de cada um, sempre digo, não é importante: é fundamental!

Mais um pedido: considerando que a comunicação social, pelas suas limitações de pessoal não consegue

cobrir todas as unidades, rogo que os respectivos gestores continuem a encaminhar para divulgação de eventos, boas práticas e matérias de cunho institucional, nos moldes do procedido pelas Varas de Dianópolis e Guaraí, do Tocantins e pela 2ª Vara do Trabalho de Brasília. A Décima Região quer saber o que a sua unidade está fazendo e como está fazendo.

Por fim, uma notícia: o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, em 2 de junho último, fez encaminhar cópia da Resolução nº 63, em substituição a Resolução nº 53, “Instituindo a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça de Trabalho e de primeiro e segundo graus.”

Outro desafio que, juntos vamos enfrentar e superar, sabedores que “No meio da dificuldade vive a oportunidade” (Albert Einstein).

Saúde e paz, sempre.

Ricardo Machado
Desembargador Presidente

1º de julho
a partir das 12h30
no Hall dos Bancos
1º andar

Arraiá
na sede do TRT 10





TRT 10 define procedimentos comuns para a Justiça Itinerante

No dia 14 de maio, magistrados da Décima Região se reuniram em Palmas, Tocantins, para discutir a adoção de políticas comuns para a Justiça Itinerante no estado, pelas varas do trabalho. Cada magistrado expôs como realiza a itinerância no estado.

Diretoria do Foro de Araguaína-TO

A diretora do Foro de Araguaína – TO, juíza Noêmia Porto, fez um relato histórico da Justiça Itinerante na jurisdição de Araguaína-TO, lembrando que foi o primeiro Foro da Décima Região a realizar uma audiência itinerante. De dezembro/2008 a dezembro/2009 foram ajuizadas 864 ações. A diretora destacou a importância do Posto Avançado em Araguaína, que conta com a servidora Vanúzia, cedida por uma das Varas de Araguaína, porém a juíza fala da necessidade de aprimorar a divulgação das atividades da Itinerância em Araguaína e Tocantinópolis. Cada Foro tem autonomia para gerir a sua Justiça Itinerante, e em Araguaína há um rodízio entre os juizes substitutos na realização de uma ação da Justiça Itinerante por mês, com duração média de uma semana.

Diretoria da Vara do Trabalho de Gurupi

O titular da Vara do Trabalho de Gurupi, juiz Erasmo Moura Fé, também fez um relato da Justiça Itinerante na jurisdição de Gurupi-TO, que começou em julho/2007 nos municípios de Araguaçu, Alvorada e Palmeirópolis, e agora também atende aos municípios de Sandolândia e Figueirópolis. O calendário é fixado no início de cada ano e os advogados também podem ajuizar as ações nos dias em que a Justiça Itinerante se encontra presente na localidade. “No início, havia ainda uma divulgação precária das atividades da Itinerância, mas hoje a comunidade já sabe da presença da Justiça do Trabalho”, comemora o juiz. As atenuações são realizadas para pretensões simples, envolvendo apenas verbas rescisórias, em geral. A itinerância é realizada por qualquer um dos juizes, titular ou substituto, em rodízio. Até a diretora da vara participa do rodízio de servidores na Justiça Itinerante, que na maioria das vezes realiza audiências unas. A presença efetiva da Justiça Itinerante ocorre mesmo sem audiências ajuizadas para a localidade. Poucos arquivamentos ocorrem.

Diretoria da Vara do Trabalho de Dianópolis

Para o juiz Márcio Brito, “a Justiça Itinerante é uma medida paliativa, e não uma solução. A atividade itinerante é um embrião para a interiorização da Justiça, com maior facilidade de acesso para os jurisdicionados das regiões mais distantes”, relata. Segundo ele, o modelo de JI tem que ser flexível, adaptável para cada realidade. A situação de

Dianópolis é mais complexa, pela ausência de um juiz auxiliar. O modelo de itinerância foi inspirado no realizado em Gurupi-TO, com a visita a todos os municípios da jurisdição, sendo escolhidos três pontos de itinerância, de acordo com o potencial econômico, no caso: Natividade, Arraias e Taguatinga. A JI iniciou-se com processos de execução, e hoje envolve todos os processos da localidade existentes na Vara de Dianópolis, inclusive os de cobrança de contribuição sindical. O trabalho é feito a cada dois meses e há um grande número de acordos. Foi elaborada uma vinheta (“spot”) para divulgação das atividades da Itinerância, com a colaboração da jornalista Léa Paula e divulgação pela OAB/TO.

Abaixo, o consenso dos juizes do Tocantins sobre políticas comuns para aprimoramento da Justiça Itinerante, encaminhadas ao Presidente do TRT-10 para análise:

- A divulgação deve ser implementada com mais profissionalismo, com a ajuda da Coordenadoria de Comunicação Social do TRT da 10ª Região e ampla participação dos Foros Trabalhistas na elaboração do material publicitário.

- Cada Foro deve elaborar seu calendário de atividades da Itinerância para divulgação ao público externo e encaminhá-lo à Presidência do Tribunal para ser considerado no planejamento do orçamento.

- A periodicidade a ser adotada é de uma atividade itinerante por mês para cada Foro Trabalhista do Estado do Tocantins, com duração de cinco dias.

- A equipe de trabalho de cada atividade itinerante deverá ser composta de um juiz, um agente de segurança, e um secretário de audiência.

- As situações excepcionais que demandem aumento de periodicidade da atividade itinerante ou mesmo do número de membros da equipe de trabalho devem ser tratadas individualmente junto à Presidência do Tribunal.

- A internet móvel já foi disponibilizada pelo Tribunal e está sendo estudada a possibilidade de acesso ao SAP durante os dias de itinerância, para a prática de diversos atos no sistema por acesso remoto.

- Deve ser aperfeiçoado um software para atenuação.

- É necessária a capacitação dos servidores para atuação em atividade itinerante (atenuação, protocolo, distribuição etc).

- Criação de um Foro Permanente entre todos os Foros Trabalhistas do Estado do Tocantins para discutir as inovações nos modelos adotados, expansão de atividades e outros assuntos correlatos;

- Criação de um modelo de dados para subsidiar relatórios e estudos sobre as atividades itinerantes no Tocantins, a partir da sugestão de formulário encaminhado pela Vara do Trabalho de Dianópolis para análise e sugestões de aperfeiçoamento.

Dois dias de muitas atividades para as mães do TRT10



Servidoras aprendem a fazer sacolas na oficina de reciclagem

FLÁVIA CORREA



A colega Norma ganha um kit de produtos de beleza

FLAUBERT BARBOSA



Oficina de decupagem: mães decoram caixas de madeira

LEA PAULA COURY

Lanche, sorteio de brindes, palestras sobre moda, dicas de maquiagem, artesanato, ikebana, massagem expressa e oficina de reciclagem agitaram o expediente do Edifício-Sede, no dia 10 de maio, e no Foro de Brasília, dia 11 de maio. A participação foi acima do esperado. As mães do TRT10 mostraram que gostam de aprender novidades.

A servidora da Diretoria de Gestão Estratégica, Renata Mafra

Ribeiro, ficou super emocionada e comovida com a história contada na palestra da advogada Damares Regina Alves sobre a prática do infanticídio em algumas etnias indígenas. Para a servidora, a palestra envolveu o grupo de ouvintes pelo conhecimento e emoção.

Lúcia Alves, chefe de gabinete da desembargadora Maria Regina Guimarães, participou ativamente da oficina de maquiagem. Ela serviu de modelo para o maquiador

Dia das mães

Um dia especial para você



Oficina de Ikebana



Pausa para o lanche



Oficina de maquiagem no Foro de Brasília

João Paulo do salão Zarur Hair Make Up, na 308 Norte. Ele explicou as técnicas de uma boa maquiagem e Lúcia teve a oportunidade de ver o resultado em seu rosto. “Gostei das dicas e orientações do profissional”, disse ela.

A assistente de juiz da 10ª Vara do Trabalho, Raissa Costa de Carvalho, participou da palestra sobre moda com a personal stylist e servidora do TRT 10, Ingrid Kelly. Para Raissa, a palestra foi interessante

porque “fala de um assunto que toda mulher tem muito interesse, além de termos tido a oportunidade de tirar algumas dúvidas”, comentou.

As oficinas de Ikebana, decupagem em caixa de madeira e sacola em papel jornal também fizeram sucesso. Os lanches foram patrocinados pela Sicoob-Credijustra junto com o sorteio de seis kits da loja Boticário. A ASDR também colaborou na realização do evento.

O Portal de Gestão Estratégica está no ar



LEA PAULA COURRY

Presidente Ricardo Machado apresenta o portal

O site do TRT10 inaugurou novo espaço, um link para o Portal de Gestão Estratégica, na página do tribunal. O lançamento ocorreu dia 1/6, no Auditório Des. Oswaldo Florêncio Neme. O objetivo do Portal é reunir todas as informações úteis e necessárias para que magistrados e servidores possam acompanhar, interagir e participar das ações relativas à Gestão Estratégica. Como ferramenta de transparência, ela permitirá ao internauta o acesso a informações sobre o andamento da gestão estratégica do TRT 10, sobre o Plano Estratégico que norteia as suas ações, as Reuniões de Análise da Estratégia, o acompanhamento das metas, as pesquisas realizadas, o Plano Estratégico Nacional, os links de

interesse e o detalhamento dos Projetos Estratégicos, dentre outras opções.

Segundo definição do Portal, planejamento estratégico é o processo de analisar uma organização sob vários ângulos, definindo seus rumos por meio de um direcionamento que possa ser monitorado nas suas ações concretas, utilizando-se do instrumento denominado “plano estratégico”. Os projetos estratégicos respondem por grande parte das iniciativas destinadas a cumprir os objetivos definidos no Plano Estratégico. No TRT 10, os 10 projetos estratégicos estão em sua fase inicial de desenvolvimento.

A seguir, o registro fotográfico de alguns momentos do planejamento:



LEA PAULA COURRY

Servidores acompanham aprovação do planejamento estratégico pelo Tribunal Pleno



WELLINGTON FILHO

Presidente, a vice e os gestores dos 10 projetos estratégicos



LAUBERT BARBOSA

Grupo do Projeto Racionalizando na primeira reunião

Curso de como planejar e julgar as contratações de terceirizados



LEA PAULA-COURY

Curso: como planejar e julgar as contratações de Terceirizados

No mês de maio, o TRT10 realizou o curso “Como planejar e julgar as contratações de terceirização de serviços contínuos”, de acordo com instruções normativas de 2009, com a participação da vice-presidente, desembargadora Elaine Vasconcelos. O curso vem de encontro às metas do planejamento estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, direcionado para os servidores que exercem atividades relacionadas com a contratação de bens e serviços, principalmente os gestores. Segundo o diretor de Serviços Gerais, Anderson de Souza, “a contribuição

da desembargadora Elaine não só enriqueceu o debate nas questões controversas, como também assinalou um norte para as questões que envolvem obrigações trabalhistas nos contratos de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão-de-obra. E ainda, o principal, a presença “participativa” demonstrou que a Administração está e estará atenta aos problemas assinalados e certamente envidará todos os esforços necessários para atingir nossos objetivos: uma prestação de serviços eficiente com qualidade de vida”, concluiu Anderson.

A importância do estágio



Pesquisas recentes do Censo do Inep/ MEC demonstram que existem no Brasil cerca de 5 milhões de estudantes matriculados no nível superior. Destes, 650 mil são estagiários. Segundo Deise Scoralick, chefe do Setor de Estágio do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10), muitos estudantes não priorizam estágios em órgãos públicos, pois a efetivação só acontece por meio de concurso público. “Eles sabem que a forma de contratação é diferente, mas muitos deles gostam desse tipo de estágio justamente pela instituição, pelo grande aprendizado que se tem aqui”, explica.

Sendo assim, o principal obstáculo que distancia o estudante deste setor pode ser resumido em um só: plano de carreira. No órgão público, praticamente todos os servidores são admitidos através de concurso, fato que, em termos, impede que o estagiário sonhe em ser contratado.

Mas o que muitos jovens não levam em consideração é o peso que um estágio como esse pode agregar ao currículo. É uma alternativa que pode ser um grande passo para uma carreira de sucesso em uma multinacional, por exemplo, ou para quem deseja adquirir experiência em âmbito público.

A carga de trabalho de 20 ou 30 horas semanais - de acordo com a função ou escolha do estudante - e salário acima da concorrência são atrativos em diversos órgãos do governo, que proporcionam o ambiente necessário para a aprendizagem do estagiário. “É uma atividade que traz benefícios para ambas as partes e, não raro, encontro servidores que ali iniciaram como estagiários. Tal vínculo é mais que efetivo, se torna afetivo”, ressalta Antônio Baião, assessor da Presidência do TRT10.

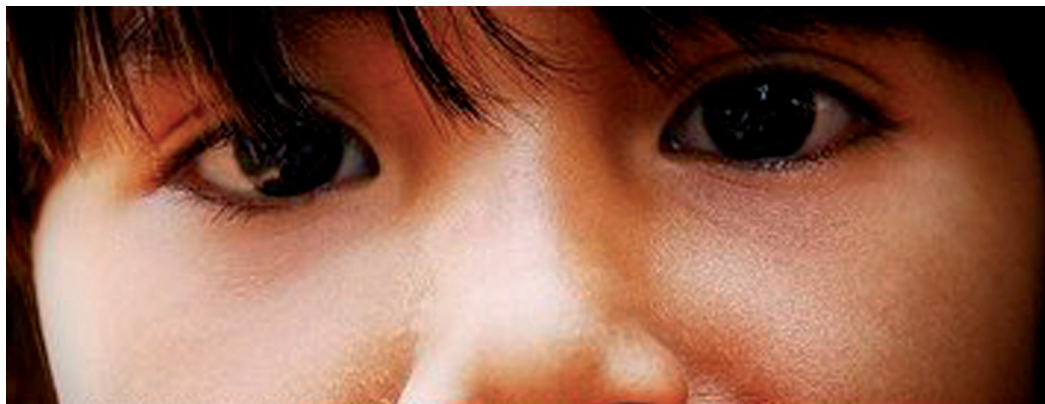
Kátia Wanzeller era estudante de Se-

cretariado Executivo quando teve oportunidades de estágio no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10). Ela conciliou os dois estágios, onde pôde aplicar a teoria aprendida no período de três anos da faculdade. Kátia trabalha atualmente como Secretária Executiva no Escritório de Representação da Eletrobrás - Furnas, em Brasília. “Me sinto realizada profissionalmente, posso dizer que cheguei aqui porque tive boas oportunidades e soube aproveitá-las”, comemora.

Outro possível caminho a ser trilhado pelo estagiário é o da efetivação por terceirização. Alguns jovens começam estagiando num órgão público, são contratados por empresas terceirizadas e permanecem exercendo uma função no local, mas agora como profissional contratado. Foi o caso de Leandro Barros, estudante de Sistemas de Informação, que estagiou no TRT10 e, ainda estagiário, foi contratado pela empresa Stefanini, prestadora de serviços de informática no Tribunal. “No órgão público tive incentivo para estudar e buscar algo melhor para mim, isso não acontecia no setor privado, pois queriam o melhor para eles”, comentou.

Os estudantes de ensino médio também são contemplados pelo programa de estágio do setor público. Mayara Carvalho era estudante do ensino médio e estagiou no TRT10 durante dois anos. Ela foi indicada para ser contratada pela empresa terceirizada Paulista Serviços e Transportes LTDA, que presta serviços para o Tribunal. “Dei o melhor que pude para desempenhar as tarefas e acabei contratada. É o meu primeiro emprego e sinto que meu trabalho foi reconhecido”, conta a ex-estagiária, que já trabalha como terceirizada há dois anos.

Infanticídio entre os índios



A Revista inaugura uma nova sessão: Responsabilidade Social. O objetivo é divulgar instituições sem fins lucrativos, com sede nas cidades em que há presença da Justiça do Trabalho da 10ª Região, para que magistrados e servidores, que tenham interesse, possam se engajar. Mensalmente contaremos histórias de instituições que têm um único objetivo, auxiliar aqueles que necessitam. Faça parte deste projeto. Sugira instituições para visitarmos, entre em contato com aquelas que tiveram suas lutas publicadas. Seja voluntário!

ONG no Gama (DF) abriga crianças e famílias indígenas que são contra o infanticídio.

Parece história de cinema, ou uma realidade muito distante no tempo. Mas no Brasil centenas de crianças indígenas morrem todos os anos. Elas são vítimas da cultura de poucas etnias que ainda matam aqueles que nascem portadores de deficiências, gêmeos, trigêmeos ou filhos de mães solteiras.

No Distrito Federal, a organização não governamental Atini – Voz pela Vida recebe crianças e famílias indígenas que não concordam com a prática. Para evitar a morte de seus filhos, eles precisam sair das aldeias, e procurar abrigo entre os não indígenas.

Na chácara localizada na área rural do Gama, oito pessoas cuidam de 55 indígenas – 34 adultos e 21 crianças – que trocaram a cultura pela preservação à vida. Entre eles, crianças sobreviventes de tentativas de homicídio praticadas pelos próprios familiares – pais ou irmãos mais velhos.

As instalações ainda são precárias, pois a chácara foi comprada há apenas cinco meses, com oferta recebida dos Estados Unidos. Nas três pequenas casas existentes, cinco etnias dividem o espaço como podem: Sateré, Suruwara, Kamaiura, Palmari, Ticuna. Na fila, 30 famílias aguardam a oportunidade de serem recebidas pela instituição.

Segundo Rubens Ramos, um dos responsáveis pela administração da chácara, o gasto mensal com alimentos ultrapassa a receita da ONG, que sobrevive de doações. Por isto, não sobra dinheiro para construir novas moradias. “Já temos o espaço para

a construção das casas, e mão de obra voluntária. Mas precisamos do material”, explica Ramos. De acordo com ele, o objetivo não é construir locais luxuosos, mas dignos de receber pessoas que já sofreram muito com a ruptura cultural.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela instituição é que as crianças raramente são assistidas sozinhas, o que aumenta a despesa e necessidade de locais de abrigo. A maioria chega acompanhada da família (pai, mãe e irmãos) que deixa a aldeia para não ter de praticar o infanticídio.

Segundo relatos de indígenas da instituição, os crimes são praticados por pressão de outros membros das tribos. E não são raros os casos em que os pais cometem suicídio para não terem de matar os filhos. Há relatos de morte de crianças de um, dois, cinco e até 15 anos. Elas são enterradas vivas, sufocadas com folhas, abandonadas na mata ou envenenadas.

Dois documentários sobre o assunto já foram feitos: Hakani e Quebrando o Silêncio. Eles podem ser vistos na internet, no YouTube e no site www.hakani.org, respectivamente. “Não queremos interferir na cultura, ao contrário, como linguistas, somos defensores da preservação das etnias indígenas. O que não podemos é fechar os olhos para as mortes de inocentes”, finaliza Ramos.

Quem tiver interesse em ajudar pode entrar em contato com a Coordenadoria de Comunicação Social e Cerimonial e falar com Rafaela, voluntária da ONG. Mais informações nos sites <http://vozpela vida.blogspot.com>, <http://movimentoindigena-afavordavida.blogspot.com>.

Conheça algumas das crianças assistidas: Iganani tem seis anos e é portadora de paralisia cerebral; Amalé com seis anos tem anemia profunda e precisa fazer transfusão de sangue mensalmente, Hakani de 12 anos tem atraso mental, Kanhu Raka, de 15 anos se locomove em uma cadeira de rodas em decorrência de distrofia muscular progressiva, Harani tem sete anos e é uma criança saudável.

○ José Leone Cordeiro Leite

O juiz do Trabalho José Leone Cordeiro Leite, titular da 13ª Vara do Trabalho de Brasília, atualmente substituindo o desembargador André Damasceno no tribunal, define-se como um homem calmo e muito caseiro. Leone gosta de ficar ao lado da família nos dias livres e sempre que pode almoça em casa com a esposa, Lidiane, e a filha de 3 anos, Alana. Nascido em São Luis do Maranhão, Leone chegou em Brasília em 1988, para assumir um cargo administrativo na Câmara dos Deputados, onde ingressou por meio de concurso público. Antes, já havia trabalhado na Justiça Federal, na Câmara, onde ficou até 1991 na área de material e patrimônio.

Formado em administração e em direito, cursos feitos no Maranhão, o juiz do trabalho dividia o tempo entre a Universidade Federal do Estado, onde cursava direito, e a Universidade Estadual, onde estudou administração. A diferença é de apenas três meses entre o final de um curso e a conclusão de outro. O Direito ficou por último, quando acabava de ser aprovado no concurso da Câmara.

Passou três anos na área administrativa reclamando da falta que sentia do Direito. “Era a minha maior vontade. Sempre quis seguir a carreira de juiz”, lembra. O impulso veio quando um amigo lhe mostrou o edital de Concurso para Juiz do Trabalho Substituto em Curitiba. Depois de algumas tentativas, foi aprovado em Brasília. Em novembro de 1991, assumiu o cargo. Por dois anos, substituiu os juízes presidentes das Juntas de Conciliação e Julgamento da 10ª Região, mas nunca morou no Tocantins, embora tenha ficado em Araguaína por 60 dias no lugar do juiz titular.

O interesse pelo curso de Direito e a escolha pela magistratura foram influência do avô paterno, Francisco Costa Leite. “Quando era criança via meu avô atender clientes em seu escritório de advocacia em Pinheiro (MA). Ele atendia e patrocinava a todos, sem exceção ou pré-condições”, conta. A atitude do avô foi reconhecida na região. O TRT da 16ª Região prestou homenagens ao avô do juiz



Leone, colocando o nome de Francisco Leite no Fórum onde funcionava a Vara do Trabalho de Pinheiro, criada em 1989.

O juiz José Leone é o próximo juiz na lista de antiguidade de 1º grau do Tribunal. Ele fala que trabalhar na 10ª Região é função de muita responsabilidade e “altamente gratificante”, e já teve algumas experiências na função de substituto de desembargador. Já substituiu os desembargadores Flávia Falcão, Mário Caron e Maria Piedade.

Para organizar a vida corrida, o magistrado dá a dica de fixar horários e metas, estabelecendo prioridades. Ele explica que as metas têm que ser fixadas para serem atingidas durante a semana. As prioridades sempre são resolvidas nos finais de semana. Ele percebeu com isso que “a meta adequada é aquela que você não consegue cumprir, pois se cumprir é porque foi inicialmente fixada aquém do devido”.

Para descansar e relaxar, as escolhas recaem na praia ou cinema. Ele admite que só deu valor ao mar quando saiu de São Luís. Hoje, para redimir-se, prepara um futuro no litoral, bem próximo a uma praia, com direito a muita torta de peixe seco com camarão.

Aldá Carvalho Ribeiro

A maranhense Aldá Carvalho Ribeiro nasceu em Carolina, terra que deixou aos 25 anos. Ela começou a lecionar ainda jovem – aos 16 anos – na sua cidade natal, dando aulas de português para a comunidade. Como grande parte dos nordestinos da época, Aldá partiu rumo à capital do país em busca de oportunidades. Ao chegar a Brasília, em 1967, passou em concurso para ensino primário da rede pública e continuou a lecionar Língua Portuguesa, sua grande paixão.

Sempre em busca de aprimorar seus conhecimentos, sentiu necessidade de um curso superior, foi quando ingressou no curso de Letras, na Universidade Católica de Brasília (UCB), em 1974. Continuou o ofício de professora durante 25 anos, até se aposentar pela rede pública de ensino, com apenas 47 anos.

Três anos depois, prestou concurso público e ingressou no TRT, onde trabalhou no universo do Judiciário cerca de 10 anos até se aposentar, em 2003. Tomou posse no cargo de técnico judiciário de nível superior, quando trabalhou ao lado do juiz Marco Aurélio Giacomini, hoje ministro aposentado do TST. Aldá trabalhava na 18ª Vara de Trabalho, com o juiz Antônio Umberto, que migrou para a 6ª Vara do Trabalho e levou consigo a equipe. Segundo ela, “o tempo vivido no TRT foi uma ótima fase, tinha um bom trabalho e excelentes colegas”.



Casou-se em Brasília, onde teve seus três filhos: Eduardo, Patrícia e Andréa, todos já casados. Abraçou Brasília como a sua segunda terra natal. “Não pretendo deixar Brasília, aqui me casei, tive meus filhos e já tenho cinco netos. Minha vida está aqui”, confessa. Senhora de voz calma, adoradora de cinema e literatura, Aldá, hoje com 69 anos, dedica seu tempo aos netos e ao curso de inglês na Cultura Inglesa, onde faz o 5º semestre.

Quem quiser entrar em contato com a colega, pode enviar e-mail para aldacribeiro@yahoo.com.br.



O TRT 10 recebeu no dia 4 de junho, em Porto Velho, Rondônia, dois prêmios de Comunicação e Justiça no Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom). O programa Trabalho em Dia, do TRT 10, feito pela chefe do Núcleo de Jornalismo, Léa Paula Coury, foi vencedor na categoria programa de rádio, e a monografia da coordenadora da Comunicação Social e Cerimonial (CDCSC), Rafaela Alvim, sobre redes sociais, também levou a estatueta. Entre os dias 2 e 4/6 foi realizado o Conbrascom, quando foi entregue o oitavo Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, para 17 categorias. A premiação é realizada desde 2003 e busca aproximar as organizações públicas do cidadão, além do Prêmio contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e serviços das assessorias de comunicação, destacando experiências bem sucedidas e valorizando as práticas destinadas ao desenvolvimento da cidadania.

O Trabalho em Dia está no ar desde 2008 e



Ao centro, a presidente do TRT/14, Maria Cesarineide, ladeada pelas servidoras Rafaela Albuquerque e Léa Paula Coury

no dia 16/6 o programa completou dois anos. São mais de 30 programas inéditos que falam das relações trabalhistas e é exibido diariamente pela Rádio Justiça (104,7 FM ou www.radiojustica.jus.br)

Aplicação Consignada

a melhor maneira de planejar o seu futuro

Garanta o futuro de quem você ama
aplique na Credijustra



SICOOB CREDIJUSTRA

Mais do que um banco, uma cooperativa

www.credijustra.com.br

